



# O VÍNCULO AFETIVO NO ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS

## THE AFFECTIVE BOND IN THE SHELTER CHILDREN

Taciany Karyn Ramos Medeiros<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** O presente artigo visa a abordar o desenvolvimento emocional da criança em situação de abrigo, e em que medida tal desenvolvimento depende do vínculo afetivo experienciado pela criança com seus pais ou substitutos parentais, em seus primeiros anos de vida, e que foi ou não elaborado na experiência de abrigo. Para isso, o artigo procura mostrar, inicialmente, que a afetividade está relacionada com o desamparo próprio da condição humana, e com os vínculos estabelecidos nos primeiros anos de vida com os pais ou cuidadores substitutos com os quais o indivíduo estabelece um comportamento de apego, perpassando esferas de possibilidades determinantes para a imagem que o sujeito irá construir de si, para sua percepção do mundo, e a maneira como irá estabelecer futuras relações interpessoais. Finalmente, são analisadas as construções simbólicas e subjetivas relacionadas à ausência de afeto em crianças marcadas pela ruptura dessa vinculação parental primária, e submetidas ao ambiente e contexto de abrigo institucional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desamparo; Vínculo afetivo; Teoria do apego; Abrigamento.

**ABSTRACT:** This article aims to address the emotional development of the child in a shelter situation, and the extent to which this development depends on the affective bond experienced by the child with his parents or parental substitutes in his first years of life, whether or not elaborated in that shelter experience. For this, the article seeks to show initially that affection is related to the helplessness characteristic of the human condition, and to the bonds established in the individual's first years of life, with the parents or substitute caregivers with whom the individual establishes a behavior of attachment, crossing spheres of possibilities that are decisive for the image that the subject will build of himself, his perception about the world, and the way that he will establish future interpersonal relationships. Finally, the symbolic and subjective constructions related to the absence of affection in children marked by the rupture of this primary parental bond and subjected to the context of institutional shelter are analyzed.

**KEYWORDS:** Helplessness; Affective bondage; Attachment theory; Shelter situation.

---

## 1 INTRODUÇÃO

A partir de uma revisão da literatura fundamentada na teoria psicanalítica e na teoria do Apego, o presente artigo objetiva abordar algumas questões suscitadas pela experiência em um contexto de abrigo, a fim de discutir como ocorre o processo de vinculação afetiva em crianças abrigadas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante os direitos deste público específico. O programa de abrigo infantil resulta desta tentativa de assegurar os direitos básicos das crianças em situação de vulnerabilidade. O que se mostra importante diante desse cenário, refere-se ao fato de que, em alguma instância, houve uma ruptura e com ela a necessidade de uma intervenção Estatal, devido à incapacidade dos progenitores em preservar aqueles direitos da criança.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Presidente da Liga Acadêmica da Psicologia Hospitalar e da Saúde (LAPHS), monitora do Núcleo de Referência em Psicologia (NUPSI). tacianykaryn@hotmail.com.br

A partir dos primeiros contatos e relações com os pais ou cuidadores, a criança se reconhece como sujeito, e são estas vivências que irão influenciar a vinculação afetiva em suas relações futuras.

Dentro desta perspectiva, a criança abrigada deve ter tido uma experiência problemática nesta primeira relação familiar, o que pode infligir uma alteração na dinâmica do seu processo de desenvolvimento emocional e psíquico em curso.

Frente a essa dimensão, somos levados a analisar os desafios enfrentados por crianças em situação de acolhimento institucional, porque elas passaram por uma ruptura marcada pelo desamparo, exatamente em um período marcado pela importância e necessidade de uma vinculação afetiva. O espaço de abrigo, por isto, pode, por um lado, se converter em um reforçador da carência, do trauma e da instabilidade, devido à ausência de afeto, mas, por outro, oferecer oportunidade para a criança reconstruir experiências afetivas significativas que a ajudem a lidar com as rupturas relacionais traumáticas, dos seus primeiros anos de vida. Em ambos os casos, o abrigo constitui-se em um importante fator para o desenvolvimento psicológico, emocional e relacional da criança.

## 2 A CRIANÇA E O DESAMPARO

Sob a perspectiva psicanalítica, a constituição do sujeito é um processo dinâmico e complexo que envolve um conjunto de fenômenos como os aspectos do inconsciente, as forças egóicas, heranças biológicas, os aspectos cognitivos, as experiências ambientais, os mecanismos de defesas, dentre outros que tendem a se organizar em uma dimensão do eu, tornando o sujeito único em sua maneira de ser.

Podemos adentrar esta reflexão a partir da noção de desamparo, elemento considerado por Freud [1895]/(1996, v. 1) como estrutural do aparelho psíquico. Como diz Santos e Fortes (2011):

O recém-nascido, por causa de sua imaturidade motora e psíquica, é incapaz de satisfazer por si só suas necessidades vitais de sobrevivência, o que tem como contrapartida a dependência do outro, condição estruturante do próprio sujeito [...]. Esse estado característico do início da vida [...]. lança o homem ao campo do outro, da linguagem e da cultura. (SANTOS; FORTES, 2011, p. 747).

Ou seja, o estado de desamparo do recém-nascido é a dependência do outro, e essa relação primária com o outro estrutura o aparelho psíquico, do ponto de vista da psicanálise. Como apontado por Santos e Fortes (2011), o outro não tem apenas uma função de amparar e

acolher o recém-nascido. Ele ampara, mas também desampara, na medida em que não assegura, de forma absoluta, a eliminação da vulnerabilidade da criança.

Para a psicanálise, segundo Santos e Fortes (2011), o desamparo está associado também à angústia, como um tipo de reação a situações de perigo, e, também, como uma condição fundamental da existência humana, devido à ausência de garantias definitivas para o indivíduo. Esta situação de dependência e vulnerabilidade, e a impossibilidade de encontrar sozinho uma saída, leva a criança a uma necessidade desesperada de ajuda. Assim, a criança fica submetida ao desejo do outro. Isso constitui as primeiras formas de comunicação, instaurando “a necessidade de ser amado como equivalente a ser protegido das situações de perigo” (SANTOS; FORTES, 2011, p. 752), e configurando,

nessas vivências mais primárias, as marcas primordiais que estruturam a subjetividade. Vemos então, que a relação entre o desamparo e sua contrapartida, a dependência do outro, inscreve o sujeito no registro do sentido e da linguagem [...]. O grito, portanto, coincide com um momento fundante do desamparo, momento da constituição do sujeito (SANTOS; FORTES, 2011, p. 753).

Ao conferir um sentido para o grito da criança, o outro se insere no desenvolvimento de sua vida afetiva. Ser sujeito passa a depender da influência do outro, que, por sua vez, leva a criança a simbolizar esta influência. Isso é o que a psicanálise considera como uma das bases da constituição do sujeito através da linguagem, conforme explicam Santos e Fortes (2011, p. 754): “o sujeito se faz dessa forma como efeito da linguagem: ao se dizer, constituir-se”. Ou seja, diante do cuidador, a criança enuncia suas necessidades em mensagens manifestadas sob forma de choro, grito, balbúcio, birra ou gestos, por exemplo, que retornam a ela através de cuidados que a ela são dispensados e que vão conduzindo a criança a se tornar um ser para si mesmo, ao longo de seu desenvolvimento.

A experiência do desamparo se repete em outras situações e relações posteriores na vida dos indivíduos, trazendo a possibilidade de ele encontrar um sentido próprio para esta experiência:

Nesse sentido, Santos e Fortes (2011) esclarecem que

Ninguém pode fugir da condição fundamental de desamparo. Mas daí não se segue que devamos nos submeter servilmente a essa condição humana. Pela força criativa da inteligência e da imaginação, e pela capacidade de luta que nos é inata, o homem projeta seus sonhos e seus anseios para conseguir, não superar ou transcender a condição humana, mas escapar à sua servidão. Ou seja, aceitando a condição fundamental do desamparo, o homem luta a fim de encontrar saídas para as situações que se apresentam sem o concurso de sua vontade, e também para dar conta de eventualidades criadas pela sua incapacidade de resolver os problemas diante dos quais ele tem que se posicionar no decurso de sua existência. Assumir essa luta é o desafio de todos nós, seres humanos, que, juntamente com a tarefa da existência, recebemos tam-

bém a responsabilidade de lhe dar um sentido. (SANTOS; FORTES, 2011, p. 764).

Lacan [1938]/(2003) advoga que, ao desamparo estrutural de todo ser humano, é preciso, em contrapartida, um acolhimento por outro ser humano, o que lhe possibilita a humanização, entrada na ordem simbólica e na linguagem. O contexto no qual isto se dá é importante, mas não determinante. Entretanto, é certo que o modo como cada indivíduo consegue se dizer e narrar sua própria história é atravessado pelo lugar que lhe destinam aqueles que dele se ocupam. Por isto, é fundamental que a criança encontre em diversos e variados contextos, ao longo de sua vida, a possibilidade de novas relações e vinculações afetivas de confiança.

Essa ajuda externa não se reduz à satisfação da necessidade; ela introduz o indivíduo na ordem simbólica, uma vez que requer a função de comunicação.

Conforme afirma Nery (2003),

A teoria freudiana é eminentemente relacionada à afetividade, pois afirma o comportamento como resultado da busca das reduções das tensões psicobiológicas e do aprisionamento do ser humano aos conteúdos inconscientes que visam, principalmente, à realização de desejos primordiais do universo infantil. (NERY, 2003, p. 19).

Dessa forma, percebe-se que, no que concerne à constituição subjetiva, as representações simbólicas e a própria estruturação do aparelho psíquico dependem da relação de afeto e vínculo com o objeto. A formação do aparelho psíquico da criança se dá por meio desse processo em que a situação de dependência cria estratégias, a fim de sair dessa condição de ser orientado pelo outro e por seus instintos, além de se colocar numa posição marcada pelo vínculo, pela linguagem e pelo afeto, construindo sua identidade e sua singularidade psíquica.

Freud (1909/1996, v. 9), (1924/1975, v. 19) traz essa perspectiva quando retrata, por exemplo, o Complexo de Édipo como a base das primeiras relações infantis. Esse complexo, enquanto fenômeno fundamental do período sexual da primeira infância, ocorre de diferentes formas para meninos e meninas. O menino percebe que a mãe não é uma propriedade sua e que transferiu seu amor a um recém-chegado, que pode ser a figura do pai, de um irmão ou do próprio trabalho da mãe. O menino vive tal situação com medo da castração do próprio órgão genital, voltando-se, por isto, para seu Ego, devido ao seu interesse narcísico, por medo de vir a faltar-lhe o órgão que lhe é caro. Já a menina experiencia o complexo de Édipo, considerando a falta do órgão como uma precondição já consumada. Por isto, volta-se, para o pai, na esperança de que ele lhe conceda um filho. Porém, a menina percebe que isto não será possível e, assim como o menino, vivencia a dissolução do complexo.

O papel do Complexo de Édipo é permitir que o indivíduo faça a transição da esfera dos instintos e dos impulsos para o universo cultural. Quando não ocorre esta importante tran-

sição, o indivíduo entra em um estado de inquietação psíquica extrema. Para reprimir sua libido, a criança vivencia um processo simbólico de castração. Portanto, o complexo de Édipo é superado pela ameaça da castração e seu lugar é preenchido pela identificação. Na resolução do Complexo de Édipo, a criança oculta seus sentimentos optando de forma inconsciente por renunciar aos seus instintos incestuosos, canalizando-os, a fim de obter uma aceitação social.

Assim, a passagem pela infância propicia ao sujeito a capacidade de viver em sociedade, além de ser fundamental para o processo de subjetividade, porque, a partir do direcionamento de afeto do outro para com a criança, ela constrói representações sobre si mesma.

### **3 A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO AFETIVO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

A compreensão dos processos psíquicos torna-se possível através da centralidade da vida emocional. As percepções internas resultam de sensações que surgem nos mais diversos, e, também, certamente, nos mais profundos estratos do aparelho mental (FREUD, 1924/1996, v. 19, p. 13). Nesta direção, Freud denota a importância da afetividade, pois é por meio dela que a descarga dos impulsos pode ser percebida na manifestação que se dá como forma de sentimentos. Nossa personalidade é resultante dos vínculos que estabelecemos. Ainda sob esta perspectiva, Nery (2003, p. 15) fomenta que “então, podemos nos ver, ser e existir sobretudo pela afetividade. São as vivências afetivas o fundamento da nossa existência heroica ou aprisionada no automatismo. São as marcas afetivas que dão vitalidade, sentido e colorido às nossas ações e aos nossos vínculos”.

Assim, o fato de o homem existir, pensar, agir, ver e vir a ser, é decorrente da afetividade, porquanto, são as vivências afetivas de vinculação que constituem o sujeito e sua personalidade. O mundo intrapsíquico depende das experiências emocionais de afeto, como evidencia Nery (2003, p. 18), já que “a afetividade é interiorizada e expressa na vivência dos vínculos, tanto nas fases estruturadoras da nossa personalidade como em nossas experiências atuais”.

Nesse sentido, a criança vai utilizar a linguagem como meio de se relacionar no mundo, e este processo tem seu início mediado pelos pais ou cuidadores que expressam a primeira experiência de afeto. É por meio destas primeiras experiências infantis que a criança se organiza mentalmente, criando contornos em meio aos conflitos, e construindo uma narrativa sobre si pelo vínculo com as pessoas que lhe são mais próximas e por meio dos elementos que se encontram disponíveis em seu contexto de vida. O vínculo entre mãe e filho é a fonte de

onde irão provir todos os futuros vínculos e relações estabelecidos, durante o curso de sua vida.

Por isso, a família corresponde a uma estrutura fundamental que molda o desenvolvimento psíquico da criança, pois, neste ambiente familiar ocorrem as trocas afetivas e emocionais que, de certa forma, organizam seu desenvolvimento psicossocial, permitindo-lhe repetir a primeira experiência de satisfação internalizada com o primeiro vínculo da infância. A complexidade das relações familiares vai, então, influenciar suas capacidades cognitivas, linguísticas e afetivas, seus processos de autonomia, de socialização, e de construção de valores. Assim, a visão que a criança adquire de si mesma e do outro será constituída a partir do sistema familiar do qual ela faz parte. A criança construirá seu mundo interno e sua subjetividade, através de suas vivências e interações mediadas pelos aspectos facilitadores ou dificultadores de seu contexto familiar (LANE; CODO, 2001). Devido a isso, a principal tarefa da família é propiciar aos seus membros apoio psicossocial, autonomia, proteção e segurança, assim contribuindo para o desenvolvimento do sujeito.

Ainsworth (1989) define vínculo afetivo como “um laço relativamente durável em que o parceiro é importante como um indivíduo único e não pode ser trocado por nenhum outro. Num vínculo afetivo, existe o desejo de manter uma proximidade com o parceiro”. (AINSWORTH, 1989 apud RAMIRES; SCHNEIDER, 2010, p. 27). “Afetivo” aqui, do ponto de vista psicanalítico, diz respeito à “ressonância emocional de uma experiência geralmente forte” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001. p. 9). Já o conceito de apego refere-se “a uma subvariedade do vínculo afetivo, no qual o senso de segurança de alguém está estreitamente ligado ao relacionamento” (RAMIRES; SCHNEIDER, 2010, p. 27), Silva e Galenti (2018) definem o conceito de Apego da seguinte maneira:

A Teoria do Apego evidencia a importância da ligação emocional que se desenvolve entre o bebê e a figura materna (mãe ou mãe substituta), entendida como aquela pessoa que desempenha regular e constantemente o cuidado com o bebê e na qual ambos encontrem satisfação e prazer. (SILVA; GALENTI, 2018, p. 14).

Ainda nesta direção, Silva e Galenti (2018) nos informam ainda que:

Alguns autores ainda muito estudados atualmente pela psicologia fizeram significantes contribuições para a Teoria do Apego. É o caso de John Bowlby, especialista em psiquiatria infantil, que teve sua atenção voltada ao estudo dos efeitos do cuidado materno sobre as crianças em seus primeiros anos de vida a partir das observações sobre o cuidado inadequado na primeira infância e o desconforto e a ansiedade de crianças pequenas relativos à separação dos cuidadores [...]. Winnicott, pediatra, psiquiatra infantil e psicanalista, também proporcionou grandes contribuições para a teoria do apego. No início de sua formação, ainda muito ligado às formulações freudi-

anas e desconhecendo o pensamento de teóricos como Melanie Klein e Anna Freud, Winnicott, diante de inúmeras histórias clínicas de neurose, psicose, distúrbios psicossomáticos e antissociais, encontrava dificuldades emocionais em seus pacientes que pareciam ter se iniciado nos primeiros dias de vida e que não conseguiam ser explicadas pela teoria do complexo edípiano, a psicanálise de Freud. (SILVA; GALENTI, 2018, p. 29-31).

Essas autoras nos mostram que, ao propor uma teoria do desenvolvimento emocional do ser humano, Winnicott inclui a história do relacionamento da criança e do seu meio ambiente específico, ou seja, o desenvolvimento emocional do bebê e da pessoa que cuidou dele de forma a atender suas necessidades específicas. Trata-se da mãe, ou do cuidador substituto que desempenhou esse papel para a criança, que propiciou um “ambiente suficientemente bom”, o que significa dizer, foi o responsável por proporcionar condições facilitadoras para o desenvolvimento e crescimento do bebê. Por isso, é a partir da Teoria do Apego, que se deve tratar de investigar o resultado das ações que dificultam ou impedem as condições favoráveis do ambiente para o desenvolvimento e crescimento do bebê.

Ramires e Schneider (2010, p. 27) acrescentam que “os vínculos afetivos e os apegos são estados ou representações internas e sua existência pode ser observada através dos comportamentos de apego”. Já “o comportamento de apego pode ser definido como a busca e a manutenção da proximidade de um outro indivíduo” (BOWLBY, 2002, p. 240). Como nos mostram Silva e Galenti (2018, p. 31), “essa ligação é importante para orientar o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social dessa criança e o apego torna-se a base para a identificação e a determinação de posteriores relações duradouras e mútuas”. Nesse sentido, o conceito de vínculo afetivo pressupõe representações ou simbolizações de relacionamentos e/ou de interações com figuras significativas.

O vínculo afetivo, portanto, se constitui, em meio às necessidades do bebê, nestas que vão além dos aspectos fisiológicos, pois, inicialmente, perpassa pelo outro que reconhece suas emoções e seus desejos, sendo por meio deste primeiro contato que o sujeito se faz compreendido. Desta forma, o cuidador espelha as necessidades internas deste sujeito que ainda se mostra frágil, porém, o faz de acordo com suas próprias experiências de vivências emocionais. Este primeiro processo relacional irá reverberar na formação de sua identidade, tal como nas expectativas de relacionamento com o mundo. Conforme denota Cukier (1998, p. 26), “o amor, o respeito e a confiança (autoestima) que um indivíduo sente por si mesmo espelham, por seu turno, como foram suas primeiras relações estruturadoras e prognosticam, em última instância, como serão suas relações com o mundo”.

O processo de separação da criança com os pais ocorre de forma natural ao longo de

seu desenvolvimento. Cukier (1998, p. 30) ressalta que, “a independência dos pais e o fato de eles próprios terem limites bem estabelecidos auxiliam a criança a se separar dos pais e ter uma representação interna adequada de si e do outro”.

É por meio dessas primeiras relações de dependência e desamparo que se estrutura o papel central da identidade na criança. Winnicott (1993) fomenta que a criança não se recupera facilmente do trauma de separação de sua mãe. Segundo Winnicott (1985), todos os cuidados que os pais dedicam ao seu bebê não significa apenas um prazer para os pais e para a criança, mas uma necessidade absoluta. E, sem esses cuidados, o bebê não poderá transformar-se num adulto sadio. A criança que cresce num ambiente familiar afetivo consegue desenvolver estruturas psíquicas fortes, além de ser capaz de afirmar sua própria identidade. Winnicott (1980) ainda relata que é a força e a qualidade do vínculo das relações no sistema familiar que influenciarão a qualidade dos demais vínculos de experiências e vivências futuras que o indivíduo estabelecerá com os demais grupos e sistemas sociais.

Quando a mãe ou um cuidador substituto preparados, constantemente, propiciam tais recursos, são considerados como uma “figura de Apego e essa relação poderá proporcionar à criança um desenvolvimento biopsicoafetivo seguro e saudável” (SANTO; ARAÚJO, 2016, p. 67). Já Winnicott (2011) considera que vínculo seguro ou vínculo afetivo satisfatório é aquele entre mãe ou cuidador substituto e a criança, que nesta faz emergir um ego fortalecido, graças ao apoio do ego da mãe ou do cuidador substituto. (WINNICOTT, 2011 apud SANTO; ARAÚJO, 2016). Devido a isso, a criança pode se tornar verdadeiramente ele(a) mesmo(a), capaz de se expressar e lidar com variados tipos de sentimentos.

Nessa mesma linha de pensamento, outros psicólogos estudiosos do desenvolvimento infantil, como Santo e Araújo (2016, p. 68), mostram que “as vinculações familiares seguras, quando na infância, promoveriam uma apreensão mais positiva da realidade bem como autoestima e vínculos afetivos satisfatórios na vida adulta”. Nesse sentido, a ocorrência de abuso físico, sexual ou psicológico ou “negligência aos cuidados físicos ou emocionais para com a criança” podem levá-la a “apresentar medos, baixa autoestima, transtorno de estresse pós-traumático, hiper vigilância, problemas de relacionamento interpessoal, atenção, concentração, violência e até delinquência, variando de intensidade, conforme o tempo prolongado do abuso” (SANTOS; ARAÚJO, 2016, p. 67-68).

Também Spitz (1998) argumenta que, nos primeiros anos de vida da criança, a experiência da privação dos cuidados maternos e a ruptura do cuidado parental podem trazer traumas e afetar o desenvolvimento da criança, por ser esta uma fase de consolidação das ligações primárias, pois o processo de apego e de vinculação ainda são elementos decisivos na forma-

ção de sua personalidade.

Silva e Galenti (2018) nos mostram que, quando uma mãe ou mãe substituta não são capazes de proporcionar os cuidados amorosos de que a criança necessita, seja vivendo com a criança, seja se separando dela há uma crise no desenvolvimento da criança, ou seja, crise física, intelectual, e social. A criança, ainda imatura de mente e corpo, não consegue lidar com suas emoções e impulsos, ao ser privada dos cuidados amorosos de que necessita. Isso pode comprometer a capacidade da criança de se relacionar com os outros.

No início, a criança que foi, sem desejar, privada ou separada de uma pessoa com quem desenvolveu apego, apresenta um sentimento de aflição que pode se intensificar, quando a criança é colocada em um novo ambiente, ou passa a ser cuidada por outras pessoas. Em seguida, a perturbação da criança pode aumentar, dependendo das condições em que foi separada dos pais, do ambiente para onde a criança foi, da forma mais ou menos prejudicial com que passa a ser cuidada etc. Por outro lado, essa perturbação da criança pode ser atenuada pela presença de um cuidador substituto para o qual a criança possa direcionar seu comportamento de apego.

Independente disso, o modelo de apego que um indivíduo experimenta durante os primeiros anos de sua vida formará as expectativas que terá em relação a si mesmo, aos outros, ao mundo, constituindo-se, este, portanto, um aspecto fundamental de sua subjetividade e afetividade. Nesse sentido, a possibilidade da constituição de novos vínculos afetivos vai depender de como aconteceram as relações com as pessoas com as quais o indivíduo teve um comportamento de apego em seus primeiros anos de vida, e como tais relações foram vividas e elaboradas.

Diante disso, como nos mostram Rayane e Souza (2018, p. 92), é preciso fazer uma distinção entre Maternidade e Maternagem, como propôs Winnicott.

Enquanto Maternidade diz respeito a uma condição física, biológica, para ser possível gerar um bebê, Maternagem é um estado de amor, de carinho e de afeto para com a criança, a partir de um vínculo afetivo com ela. A falta desse vínculo com a criança nos primeiros seis anos, principalmente cognitivo e afetivo, pode trazer variados transtornos psicológicos.

Por exemplo, como apontam Rayane e Souza (2018), Winnicott fala na possibilidade de transtornos psicóticos quando, por volta de zero a seis meses de idade, a mãe apresenta dificuldade de cuidar amorosamente da necessidade de dependência absoluta da criança, sob seus cuidados, dificuldade essa que a criança é incapaz de elaborar, ainda mais se o contexto em que isso ocorre, agravar a dificuldade desse cuidado. Nesse caso, Winnicott afirma que a criança passa por um processo de “privação”. Em um momento posterior, quando a criança já

distingue o Eu do Tu, no qual a dependência da mãe é relativa, entre os seis meses até os dois anos de idade, a criança com dificuldades de receber os cuidados amorosos de que necessita, pode direcionar sua angústia e carência para o ambiente, e vir a se tornar agressiva e destrutiva. Isso pode acarretar comportamentos antissociais da criança cujo objetivo é buscar resgatar o afeto e a atenção que foram suspensos. Nesse caso, Winnicott postula que a criança passou por um processo de “deprivação”.

Conforme mostra Dias (2008), para Winnicott, as psicoses estão associadas a esse “fracasso ambiental” da mãe ou dos cuidadores substitutos em cuidar amorosamente do desenvolvimento da criança, em uma atmosfera facilitadora de cuidado, afeto e segurança para que ela consiga amadurecer, da vida intra-uterina ao estágio do “eu sou” da criança, em torno de um ano a um ano e meio de idade. Nos termos de Winnicott, o processo de amadurecimento pessoal, ou seja, de desenvolvimento emocional, é interrompido em um momento no qual as bases da subjetividade do indivíduo estão sendo constituídas.

Assim, Rayane e Souza (2018) denotam que as dificuldades da criança para obter os cuidados e o afeto básicos necessários ao desenvolvimento psicológico saudável podem ocorrer mesmo que a mãe ou o cuidador estejam presentes, mas, não a cumulam com aqueles cuidados, ou ainda, quando a criança é separada dos pais ou cuidadores, tanto física quanto emocionalmente, segundo essas autoras, devido à

rejeição, separação do casal parental, morte, indiferença ou impaciência por parte da mãe ou dos seus cuidadores. Sendo assim, nem sempre a privação acontece pela falta da presença das figuras parentais, ou dos seus familiares, mas pela falta de uma boa relação afetiva advindas dessas pessoas para com a criança. Essa quebra de vínculos poderá gerar várias consequências na primeira infância, perpassando por toda a vida do sujeito (RAYANE; SOUZA, 2018, p. 94).

A criança, assim negligenciada, poderá apresentar maior ou menor dificuldade no estabelecimento de relacionamentos e interações sociais, como nos ensinam, ainda, as referidas autoras,

[...] podendo apresentar elevada dificuldade de estabelecer relacionamentos, com sérios problemas nas interações sociais, devido à tendência ao afastamento, ao isolamento e a desconfiança por medo de sofrer novos tipos de maus tratos. Sua cognição parece empobrecida, comumente indicam problemas de linguagem, de coordenação motora, além da falta de concentração, e em alguns casos a hiperatividade, prejudicando seu processo de aprendizagem e seu desempenho escolar [...] podendo chegar a cometer pequenos furtos, roubos, vandalismos, mentiras, agressividade, hostilidade, infringir a lei, comportamentos antissociais, entre outros. Essas atitudes têm como finalidade chamar a atenção dos seus cuidadores e/ou responsáveis para algo que está errado ou faltando, seja pela ausência de limites e/ou de afeto [...] que podem gerar comportamentos destrutivos e desestruturantes nos indivíduos como insegurança, fragilidade psíquica, medo, baixa autoestima, pensamento de negação, entre outros

[...]. (RAYANE; SOUZA, 2018, p. 95).

Bowlby (1982) especifica mais amplamente essa questão, quando afirma que

[...] muitos daqueles que são encaminhados a psiquiatras são indivíduos ansiosos, inseguros, geralmente descritos como superdependentes ou imaturos. Em condição de estresse, tendem a desenvolver sintomas neuróticos, depressão ou fobia. As pesquisas revelam que eles estiveram expostos a, pelo menos um, e geralmente mais de um, de certos padrões típicos da parentalidade patogênica, os quais incluem: (a) ausência persistente de respostas de um ou ambos os pais ao comportamento eliciador de cuidados, da criança, e/ou depreciação e rejeição marcada; (b) descontinuidades da parentalidade, ocorrendo mais ou menos frequentemente, incluindo períodos em hospital ou instituição; (c) ameaças persistentes por parte dos pais de não amar a criança, usadas como um meio para controlá-la; (d) ameaças, por parte dos pais, de abandonar a família, usadas ou como um método de disciplinar a criança ou como uma forma de coagir o cônjuge; (e) ameaças por parte de um dos pais de abandonar ou mesmo de matar o outro, ou então, de cometer suicídio (estas ameaças são mais comuns do que se poderia supor); (f) indução de culpa à criança, afirmando que o comportamento dela é ou será responsável pela doença ou morte de um dos pais. Qualquer dessas experiências pode levar uma criança, um adolescente ou um adulto a viver em constante ansiedade, com medo de perder sua figura de ligação e, por conseguinte, a ter um baixo limiar para a manifestação do comportamento de ligação. A condição é melhor descrita como de ligação ansiosa. Um conjunto adicional de condições a que alguns desses indivíduos estiveram expostos, ou ainda estão, é quando um dos pais, geralmente a mãe, exerce pressão sobre eles para atuarem como figura de ligação para ela, invertendo assim a relação normal. Os meios de exercer tal pressão variam desde o encorajamento inconsciente de um senso prematuro de responsabilidade para com os outros, até o uso deliberado de ameaças ou indução de culpa. Os indivíduos tratados dessa maneira são passíveis de se tornarem excessivamente escrupulosos e dominados por sentimentos de culpa, assim como ansiosamente ligados. Uma maioria de casos de fobia escolar e agorafobia se produz, provavelmente, desse modo. Todas as variantes de comportamento parental até aqui descritas são suscetíveis não só de provocar raiva dos pais na criança, mas também de inibir a sua expressão. O resultado é muito ressentimento, parcialmente inconsciente, o qual persiste na vida adulta e expressa-se, geralmente, num afastamento em relação aos pais e numa aproximação em relação a alguém mais fraco, por exemplo, um cônjuge ou um filho. É provável que tal pessoa também esteja sujeita a fortes ansiosos inconscientes de amor e apoio, os quais podem expressar-se por alguma forma aberrante de comportamento eliciador de cuidados, por exemplo, tentativas frouxas de suicídio, sintomas de conversão, anorexia nervosa, hipocondria etc. (BOWLBY, 1982, p. 129).

Enfim, para Bowlby (1982),

[...] a formação de um vínculo é descrita como “apaixonar-se”, a manutenção de um vínculo como “amar alguém” e a perda de um parceiro como “sofrer por alguém”. Do mesmo modo, a ameaça de perda gera ansiedade e a perda real produz tristeza; enquanto que cada uma dessas situações é passível de suscitar raiva. A manutenção inalterada de um vínculo afetivo é sentida como uma fonte de segurança, e a renovação de um vínculo, como uma fonte de júbilo. Como tais emoções são usualmente um reflexo do estado dos vínculos afetivos de uma pessoa, conclui-se que a psicologia e psicopatologia da emoção é, em grande parte, a psicologia e psicopatologia dos vínculos afetivos. (BOWLBY, 1982, p. 123).

#### 4 ASPECTOS INSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS DO ABRIGAMENTO INFANTO-JUVENIL

Como mostram Silva e Galenti (2018), crianças e adolescentes ficam sob a responsabilidade dos agentes do poder público, a partir de uma medida determinada pela Justiça de caráter provisório e excepcional de proteção, ou de privação de liberdade, no caso de medida sócio-educativa, em abrigos ou orfanatos, educandários e casas-lares para onde vão aqueles que infringiram a lei, ou foram abandonados por seus responsáveis, ou que correm algum risco por falta de cuidados adequados. Para isso, as instituições precisam dispor de espaço físico adequado à segurança, proteção e ao acolhimento das crianças, observando seus direitos perante a lei, de acordo com o ECA, e realizando uma gestão que leve em conta a subjetividade das crianças, sua reintegração psicossocial e a dimensão comunitária e coletiva da convivência de todos. O resgate da autoestima da criança, a criação de condições para a construção de seu projeto de vida, a preservação de seus vínculos sociais e familiares, a manutenção de grupos de irmãos, a promoção da reintegração familiar, a integração em família substituta, o atendimento individual e grupal e o desenvolvimento de atividades educativas são algumas das características que essas instituições devem preservar.

O ECA tem por premissa assegurar o direito dessas crianças e adolescentes abrigadas, no que diz respeito aos direitos básicos à vida, tal como a garantia de cuidado, respeito, proteção, saúde, educação, moradia, dentre outros. Cabe ao Estado desempenhar o papel dos pais, no que tange a proteger a criança e o adolescente da violência, do abuso e da exploração, dentro e fora do lar, principalmente, quando seus responsáveis se mostrarem incapazes ou omissos. Assim determina o ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, [2019]).

Quanto às crianças em situação de abrigo institucional, em decorrência destas condições de vulnerabilidade, mesmo que tenham seus direitos fundamentais garantidos pelo programa de acolhimento institucional, há, por vezes, certa instabilidade e certo descomprometimento próprios aos abrigamentos, no que concerne à formação da identidade e da autonomia, pois, as instituições muitas vezes se atêm à funcionalidade dos direitos, mas nem sempre, na prática, estão comprometidas, de fato, com as questões emocionais e afetivas dos abrigados, isto é, com seu desenvolvimento biopsicossocial, com sua formação identitária e autonomia garantidos pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o ECA, no capítulo

II, art. 17º, preconizando que “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da autonomia, dos valores, ideais e crenças.” (BRASIL, [2019]).

Esta realidade social cada vez mais presente em nosso contexto, mostra que os mecanismos de acolhimento em situação de abrigamento, muitas vezes, não oferecem nem afeto, nem promovem a construção da subjetividade. No entanto, há que se levar em conta que estas instituições possuem limitações de âmbito estrutural, funcional e, geralmente, não são assistidas, a contento, pelas políticas sociais, fatores que irão influenciar diretamente a construção do desenvolvimento emocional e psicológico desses indivíduos abrigados, uma vez que eles apresentam inconstância na formação da identidade e, sobretudo, no direcionamento do afeto.

Neste contexto, torna-se cabível questionar o papel do Estado, enquanto interventor, que oferece estruturas físicas adequadas, porém, nem sempre considera um acolhimento capaz de preservar a construção da subjetividade, que facultaria o desenvolvimento emocional da criança, num momento consideravelmente difícil de sua vida marcado pela falta, ruptura, e pela ausência de referências duradouras.

Como mostram Silva e Galenti (2018), a criança em processo de abrigamento, além dos direitos básicos, precisa, sobretudo, de um ambiente capaz de contribuir com a restituição de sua identidade por meio do afeto. As novas relações que as crianças estabelecem no abrigo, ainda que provisórias e substitutas, podem ajudá-las a lidar com a experiência que tiveram com seus pais e cuidadores. Podem oferecer, por exemplo, novos referenciais identificatórios que sejam relevantes para o desenvolvimento psicológico e emocional das crianças, contribuindo para que elas possam estabelecer novos vínculos afetivos, a partir da construção de novas relações de confiança que possa ajudá-las a elaborar a insegurança e o medo do abandono, bem como levá-las a aprenderem a se proteger das surpresas que a vida sempre pode trazer.

As crianças sempre temem se desligarem das pessoas com as quais se relacionam no abrigamento. Os rompimentos de vínculos afetivos nessas instituições são frequentes, em relação a cuidadores e a outras crianças que deixam a instituição. Isso traz sofrimento, fantasias destrutivas associadas às que experienciaram com os pais, ou substitutos parentais, ou em relação às pessoas que partiram, ou faleceram, além de trazer à tona sentimentos de abandono e de falta de proteção, que podem fazer ressurgir experiências anteriores de falta de afeto e abandono que trazem sentimentos de raiva e angústia. Isso, por sua vez, pode fazer a criança vivenciar a ruptura de um vínculo afetivo como se dela fosse a culpa pelo desvinculo, levando-a a sentir como se estivesse sendo punida por sentir raiva do fim desse vínculo.

Todo o cuidado oferecido pela instituição de abrigamento não substitui, evidentemente-

te, o cuidado que um vínculo afetivo parental adequado proporciona para o desenvolvimento emocional. Por isso, o papel dos funcionários cuidadores na instituição de abrigo é muito importante. Silva e Galenti (2018) apontam algumas questões nesse sentido:

Dentre as funções profissionais existentes em uma Casa Lar, destaca-se a de cuidador. Antigamente, em sua maioria, esses cuidadores eram pessoas voluntárias, com ênfase na formação religiosa, com prioridade no acolhimento e cuidados básicos, não havendo maiores preocupações com questões psicológicas e educacionais [...]. Contudo, com as mudanças advindas de movimentos sociais e consolidadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente foi instaurada uma política de atendimento institucional que prioriza a convivência familiar e comunitária, bem como os aspectos peculiares de desenvolvimento. (SILVA; GALENTI, 2018, 41).

Assim, como mostram essas autoras, os profissionais que atuam em programas de abrigo são considerados educadores, o que exige profissionalização, além de seleção criteriosa e adequada e sua permanente capacitação. Tais profissionais podem apresentar condições pessoais que facilitam ou dificultam sua tarefa de cuidador(a). Isto se afere, a partir da qualidade de sua interação com as crianças. Por isso, eles precisam estar preparados para reconhecer as necessidades de cada criança abrigada, e verificarem como as experiências de cada uma delas pode interferir no relacionamento entre elas e colegas e com os profissionais que trabalham no abrigo.

Como mostram Silva e Galenti (2018), crianças que conseguiram ter relacionamentos de confiança com suas mães ou cuidadores têm mais facilidade para lidar com situações emocionalmente mais difíceis, perturbadoras e complexas. Entretanto, crianças que tiveram mais obstáculos para estabelecer relacionamentos de confiança com seus cuidadores ou substitutos parentais podem ser inacessíveis, desinteressadas em relacionamentos e amizades, sem concentração na escola, ou manifestar interesses ou comportamentos compulsivos, esquivos, arredios, amedrontados, irritadiços, indiferentes, ou intolerantes diante de frustrações.

Por isso, os profissionais cuidadores no abrigo precisam conseguir uma proximidade com a criança abrigada que a ajude a conseguir traduzir tais sentimentos e “reconstruir ou mesmo construir uma presença dentro de seu mundo interno que contém um grande vazio ao invés da presença materna” (SILVA; GALENTI, 2018, p. 42). E isso os profissionais cuidadores precisam conseguir alcançar ainda que tenham que lidar com os conflitos pessoais das crianças, bem como com os conflitos institucionais, que podem envolver horário de trabalho, número de crianças abrigadas, rotatividade de funcionários etc. Além disso, como mostram essas autoras, crianças que passaram por privações intensas podem precisar de atendimento psicológico e medicamentoso, para auxiliar na sua recuperação, principalmente, em relação à

maneira como elas repetem e elaboram as experiências pelas quais passaram.

Nessa direção, as autoras ensinam:

No caso da criança que teve cuidados corporais, mas não o cuidado emocional obtido a partir da constância de um adulto, no caso da Casa Lar, um cuidador que realmente esteja com ela de uma forma contínua e intensa, essa criança terá chances de cicatrizar parte da ferida causada pelas vivências emocionais de abandono. Daí a importância de se fazer boas escolhas quanto aos profissionais que acompanham essas crianças, que devem ser pessoas que tenham condições internas para dar a elas esse olhar atento. É importante, também, que não haja alta rotatividade de cuidadores, para que as crianças tenham a chance de formar vínculo com eles. O adulto que irá acompanhar essas crianças deve ter intuição, intimidade com a criança e capacidade de observar e reconhecer as necessidades essenciais que não foram supridas. Ele deve ser uma nova lente a enxergar essas crianças, que proporcionará novos registros que poderão fortalecer a potencialidade que habita em cada uma delas. (SILVA; GALETI, 2018, p. 43).

## 5 A EXPERIÊNCIA DE VÍNCULO AFETIVO DA CRIANÇA NO ABRIGAMENTO

Frente aos aspectos anteriormente apresentados e discutidos, como uma criança, em situação de abrigo, pode se reorganizar mentalmente e dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento psicológico e emocional?

Durante uma experiência de estágio realizado em uma instituição de abrigo, foi possível acompanhar uma diversidade de casos. Entre eles, o mais notório e marcante foi acompanhar a trajetória de um bebê de nove meses que se mostrava receptivo e afetuoso para com as pessoas. Esse bebê passara pelo processo de adoção, porém, com menos de dois meses, a família o devolveu à instituição. Foi perceptível a alteração na expressão facial da criança e em seu comportamento que, antes espontâneo e alegre, após a experiência de retorno ao abrigo, passou a se mostrar irritado, desconfiado, isolado e com medo diante da tentativa de aproximação das pessoas.

Este evento merece ponderação cuidadosa. Uma criança institucionalizada já carrega consigo as marcas da ruptura da separação com os pais, além do desafio de reparação dos danos causados por esse desvínculo. Ao vivenciar esta experiência negativa por repetidas vezes, pode se instaurar uma crise no desenvolvimento emocional e psicológico da criança, e na sua formação identitária provocada por traumas que podem interferir na representação interna de si e do outro, podendo, na fase adulta, levar o sujeito a uma busca pela satisfação de suas necessidades infantis.

Existem muitas crianças não desejadas, muitos pais negligentes e abusivos e a maior parte de nós, adultos, sobrevive e sucumbe à custa de “*band-aids* psicológicos”, ou seja, de manobras defensivas com o objetivo de restaurar a auto-estima ferida. O orgulho, a auto-

suficiência, o “não desejar ou precisar de ninguém, a depressão, são os remédios comumente usados.” (CUKIER, 1998, p. 63).

O sistema relacional de vinculação tem por objetivo conduzir a criança, ao longo do seu desenvolvimento, para aspectos que construam potenciais de segurança, diminuindo a necessidade de estabelecer a proximidade física constante com o outro, e permitindo-lhe a constituição de representações mentais que irão estruturar sua personalidade e a maneira como irá se relacionar. O bebê, ao apreender as figuras de apoio como protetoras e disponíveis, irá sentir-se confiante e seguro na exploração do ambiente que o rodeia (BOWLBY, 1998). O apego garante a proteção do bebê, mas é a interação entre mãe e filho que garante a construção do vínculo afetivo.

A vinculação frágil, insegura marcada pela ruptura, negligência e pelo abandono evidencia-se em narrativas várias, em meio à construção de significados emocionais sobre o papel deste outro, que foi experienciado na infância, e que tende a influenciar o desenvolvimento sócio-emocional da criança ao longo da vida, tal como na construção de sua identidade (SROUFE, 2005).

Como nos mostra Bowlby (1981, 1984), ao lhes serem retirados o vínculo materno, algumas crianças em situação de abrigo podem apresentar formas disfuncionais de comportamento, tais como tendência depressiva, raiva e agressividade, sendo a violência um dos seus principais meios de comunicação. No entanto, se as separações entre as crianças abrigadas e seus pais ou cuidadores se prolongam por muito tempo, algumas crianças podem tender a se apresentar emocionalmente retraídas e isoladas, não conseguindo estabelecer relações afetivas saudáveis com outras crianças e adultos, mostrando-se indiferentes, lentas, infelizes e incapazes de reação. A qualidade do vínculo influencia diretamente o desenvolvimento físico e emocional do bebê, formando, assim, uma base para um posterior progresso adicional.

Enfim, a criança institucionalizada, ao sofrer uma ruptura com sua família, pode, dentro do abrigo, encontrar dificuldade para restabelecer vínculo com uma pessoa a qual considere referência, a fim de verem satisfeitas suas necessidades afetivas. Isto ocorre, porque a criança nem sempre consegue ser resiliente o suficiente para se afastar das dificuldades vividas com a separação dos pais, permanecendo mergulhada nessas dificuldades, que a levam a manifestar uma grande resistência à nova situação (BOWLBY, 1981).

Em meio ao programa de abrigo, a criança se depara com o desafio de se organizar mentalmente, ainda que numa situação de ruptura, angústia, abandono, dor, ambivalência de sentimentos, e em um ambiente que nem sempre se apresenta como facilitador, para que consiga prosseguir na sua estruturação psíquica e subjetiva. Como retrata Nogueira (2004), é

o universo das interações, relações e trocas contínuas entre a figura da mãe social e de outras crianças, em uma instituição de abrigo, que de certo modo, pode contribuir com essa estruturação psicológica.

No que diz respeito a este processo em crianças abrigadas, percebe-se uma alteração no desenvolvimento emocional, em decorrência desta ruptura do cuidado parental, que é acompanhada de conflitos, frustrações, inseguranças, privações, e adversidades, sem que a criança tenha uma estrutura psíquica de vinculação afetiva constituída, ou seja, maturidade para seu processo de desenvolvimento emocional.

As crianças que passam pela experiência de abrigamento encontram-se desamparadas, no sentido da própria falta da família ou dos substitutos que representem uma referência estável para elas. “Os pais constituem para a criança pequena a autoridade única e a fonte de todos os conhecimentos. O desejo mais intenso e mais importante da criança nesses primeiros anos é igualar-se aos pais (isto é, ao progenitor do mesmo sexo) e ser grande como seu pai e sua mãe.” (FREUD, 1908/1909/1996, v. 9, p. 219).

A forma como a criança irá estabelecer o vínculo afetivo, ao longo de sua vida, depende das primeiras relações estabelecidas na infância; assim, as perdas e rupturas incidem na construção dessas relações futuras. O modo como cada sujeito consegue elaborar suas narrativas e dizer de sua história, é atravessado pelo lugar que foi construído junto com aqueles que lhe transmitiram o papel da filiação. Altoé (2008) escreve que, frequentemente, as crianças moradoras de abrigos sentem-se confusas em relação às suas referências familiares, não conseguindo contar suas histórias de vida, se não em narrativas entrecortadas, perdendo o laço de continuidade de sua genealogia, uma vez que a filiação é marca pela ruptura e fragilidade. Como dizem Silva e Galenti (2018):

O bebê que encontrou de maneira sadia bons cuidados corporais e emocionais, traz a marca de uma criança esperançosa, aberta em relação ao professor, ao amiguinho, ao novo. Traz, também, uma grande curiosidade. O “outro” é uma fonte de prazer e ela sabe considerar e amar. Um bebê ou mesmo uma criança necessita de um outro que cuide dele, e não apenas no que se refere às necessidades básicas para sobrevivência, como na alimentação, mas de alguém que lhe dê amor, que estabeleça um forte vínculo. Ao terem seus direitos violados e sofrerem privações das mais variadas formas que os impeçam de receber esses cuidados corporais e emocionais tão importantes, os bebês, crianças e mesmo os adolescentes podem ser levados a uma entidade de acolhimento. A entidade de acolhimento, em suas várias modalidades (casa de passagem, casa-lar, abrigo institucional para pequenos grupos), deve operar efetivamente como um espaço de proteção que dê especial atenção à qualidade do vínculo entre profissional e criança. (SILVA; GALENTI, 2018, p. 41).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto neste trabalho, a vinculação afetiva inicia e ocorre por meio do sistema familiar, e corresponde à primeira experiência de afeto vivenciada pela criança, e que, por sua vez, abrange todas as relações interpessoais futuras a serem construídas pelo sujeito, tal como esta experiência de afeto anterior constitui sua personalidade e formação da identidade.

Em consonância com a psicanálise, compreende-se a necessidade da vinculação e do afeto construídos na primeira infância. Porém, em casos em que a criança passa pelo programa de abrigo, há um caráter de crise no desenvolvimento psíquico que procura estabelecer os elos e as rupturas existentes nos momentos do desenvolvimento infantil.

Portanto, a ruptura, o desamparo e a separação são elementos fundamentais dentro do complexo que constituirá a identidade e a personalidade da criança, diferentemente do caso das crianças em situação de abrigo, porque, por vezes, elas são marcadas pela incidência do trauma, ao serem inseridas e expostas a situações impróprias e que demarcam um rompimento na confiança, com consequências para a constituição da identidade e personalidade da criança.

Esta recorrente realidade e as causas que levam uma criança a ser retirada do laço familiar e levada a uma situação de abrigo pode envolver alguns fatores tais como maus-tratos, violência, abusos sexuais, negligência, abandono, exploração, dentre outros que geram sofrimento e dor. O ECA tem por obrigação assegurar os direitos básicos de toda criança e de todo adolescente, principalmente quando a família se mostra transgressora e incapaz de exercer tal papel.

Entretanto deparamo-nos com a garantia legal da funcionalidade dos direitos básicos às crianças em situação de vulnerabilidade por meio do programa de abrigo, mas, dentro deste espaço pode-se perceber, em alguns casos, uma limitação no que diz respeito à promoção da autonomia, identidade e subjetividade, devido ao fato de o ambiente ser marcado pela falta de afeto. No entanto, pode-se também notar a existência de uma estruturação psíquica vivenciada no abrigo por cada indivíduo em seu processo de desenvolvimento permeada pela influência dos primeiros traquejos relacionais da infância.

Lançar luz sobre esta reflexão não exime de maneira alguma, a responsabilidade dos pais e da família que podem ter sido a primeira instituição a infringir o direito dessas crianças abrigadas ao afeto, deixando de preservar sua imagem e a promoção de sua autonomia.

Poderíamos, neste artigo, termos nos atido apenas à necessidade de se elaborarem e implantarem políticas públicas que englobam o sistema familiar, que propiciem uma formação técnica e um amparo psicológico aos profissionais dessa área, a fim de se ter um processo de acolhimento voltado para a garantia do afeto, mas, fomos além nessa discussão.

Enfim, o fato é que a criança em qualquer âmbito, seja familiar ou em situação de abrigo institucional, necessita experienciar o afeto e encontrar pessoas que contribuam para a restituição da sua confiança, ainda que a estruturação psíquica seja marcada pelos vínculos afetivos e por meio da sua internalização. É a partir destes laços que a criança se constitui, se reconhece, e se relaciona com o mundo.

## REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Sônia. O bebê que invade: reflexões sobre o atendimento institucional a crianças em situação de vulnerabilidade social *In*: LEITE, Ligia Costa; LEITE, Maria Esther Delgado; BOTELHO, Adriana Pedreira (Coord.). **Juventude, desafiliação e violência**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2008.

BOWLBY, John. **Apego e perda**. São Paulo: Martins Fontes, 1984. v. 2.

BOWLBY, John. **Apego: a natureza do vínculo**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2002.

BOWLBY, John. **A secure base: clinical applications of attachment theory**. London: Routledge, 1998.

BOWLBY, John. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 19. dez. 2019.

CUKIER, Rosa. **Sobrevivência emocional: as dores da infância revividas no drama adulto**. 2. ed. São Paulo: Ágora, 1998.

DIAS, Elsa Oliveira. A teoria winnicottiana do amadurecimento como guia da prática clínica. **Natureza Humana**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 29-46, jun. 2008. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-24302008000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302008000100002&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 18 jul. 2020.

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo. (1924). *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Ja-

neiro: Imago, 1975. v. 19, p. 189-200.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1895). *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. v. 1, p. 341-353.

FREUD, Sigmund. Romances familiares (1908/1909). *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 9, p. 219-224.

LACAN, Jacques. Os complexos familiares na formação do indivíduo. (1938). *In*: LACAN, Jacques. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. (Campo freudiano no Brasil).

LANE, Silvia T. Maurer; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

NERY, Maria da Penha. **Vínculo e afetividade: caminhos das reflexões humanas**. São Paulo: Ágora, 2003.

NOGUEIRA, Paula Cristina. **A criança em situação de abrigo: reparação ou reabandono?** 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2004

RAMIRES, Vera Regina R.; SCHNEIDER, Michele Scheffel. Revisitando alguns conceitos da teoria do apego: comportamento versus representação? **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 25-33, 2010.

RAYANE, Daniele Barbosa; SOUZA, Daniela Heitzmann Amaral Valentim de. Privação afetiva e suas consequências na primeira infância: um estudo de caso. **Revista Interscientia**, João Pessoa, v. 6, n. 2, 2018.

SANTO, Celeste Sá Oliveira do Espírito; ARAÚJO, Maria Antonieta Nascimento. Vínculo afetivo materno: processo fundamental à saúde mental. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 65-73, 2016.

SANTOS, Natália de Toni Guimarães dos; FORTES, Isabel. Desamparo e alteridade: O sujeito e a dupla face do outro. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 747-769, 2011.

SILVA, Caroline Pereira da; GALENTI, Mariana Pivato da Rocha. **Apego positivo em crianças em situação de acolhimento: perspectiva a partir do vínculo afetivo com os cuidados**. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso)- Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium, São Paulo, 2018.

SPITZ, René A. **O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetivas**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.

SROUFE, L. Alan. Attachment and development: A prospective, longitudinal study from birth to adulthood. **Attachment e Human Development**, v. 7, n. 4, p. 349-367, Dec. 2005.

WINNICOTT, Donald Woods. **A criança e seu mundo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

WINNICOTT, Donald Woods. **A família e o desenvolvimento do indivíduo**. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.

WINNICOTT, Donald Woods. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo. Martins Fontes, 1993.